

# A AUTONOMIA DA MULHER EGÍPCIA: CLEÓPATRA VII NO MUNDO HELENÍSTICO E A CONDIÇÃO FEMININA ROMANA

Thomaz Décio Abdalla Siqueira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa a autonomia da mulher egípcia no contexto helenístico, utilizando a figura de Cleópatra VII como exemplo central. Compara-se a realidade cultural e jurídica das mulheres egípcias com a das mulheres romanas no mesmo período, destacando-se as diferenças de direitos, papéis sociais e percepção pública. Cleópatra surge como símbolo da alteridade feminina e da resistência a um modelo patriarcal dominante na Antiguidade. A imagem de Cleópatra VII, rainha do Egito e última soberana da dinastia ptolomaica, foi amplamente moldada e distorcida pelos discursos políticos e culturais romanos. Em especial após sua aliança com Marco Antônio e a subsequente derrota frente a Otaviano (futuro imperador Augusto), a figura de Cleópatra passou a ser representada de maneira pejorativa, associada à lascívia, manipulação e ameaça à ordem romana. Este artigo propõe uma análise da propaganda negativa romana em torno de Cleópatra sob a perspectiva dos estudos de gênero, examinando como o sexismo e a xenofobia foram mobilizados como instrumentos de deslegitimação política.

**Palavras-chave:** Cleópatra VII. Egito. Mulheres na Antiguidade. Roma. Autonomia feminina. Imagem.

## ABSTRACT

This article analyzes the autonomy of Egyptian women in the Hellenistic context, using the figure of Cleopatra VII as a central example. It compares the cultural and legal reality of Egyptian women with that of Roman women in the same period,

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em Psicologia Social e do Trabalho, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF - UFAM – *E-mail:* [thomazabdalla@ufam.edu.br](mailto:thomazabdalla@ufam.edu.br)

highlighting the differences in rights, social roles, and public perception. Cleopatra emerges as a symbol of female otherness and resistance to a dominant patriarchal model in Antiquity. The image of Cleopatra VII, Queen of Egypt and last sovereign of the Ptolemaic dynasty, was largely shaped and distorted by Roman political and cultural discourses. Especially after her alliance with Mark Antony and subsequent defeat by Octavian (future Emperor Augustus), the figure of Cleopatra began to be represented in a pejorative manner, associated with lasciviousness, manipulation, and a threat to the Roman order. This article proposes an analysis of negative Roman propaganda surrounding Cleopatra from the perspective of gender studies, examining how sexism and xenophobia were mobilized as instruments of political delegitimization.

**Keywords:** Cleopatra VII. Egypt. Women in Antiquity. Rome. Female autonomy. Image.

## INTRODUÇÃO

A figura histórica de Cleópatra VII, última rainha da dinastia ptolomaica do Egito, tem sido alvo de múltiplas interpretações.

Cleópatra VII se destacou entre as líderes do Mediterrâneo antigo por sua habilidade excepcional de manipular e transformar a percepção pública de sua imagem, utilizando o poder simbólico de sua identidade para consolidar seu governo e enfrentar os desafios impostos por Roma. Diferente das representações reducionistas que frequentemente a associam apenas à figura da mulher sedutora, Cleópatra era uma soberana plenamente consciente dos mecanismos culturais, políticos e sociais em jogo, e utilizou sua imagem de forma estratégica para fortalecer sua posição tanto dentro quanto fora do Egito.

Seu entendimento profundo do poder simbólico pode ser observado em várias de suas ações, especialmente nas maneiras pelas quais se apresentou como uma figura híbrida entre o Egito e o mundo helenístico. Ao adotar a imagem de Ísis, deusa egípcia da fertilidade e da maternidade, e ao mesmo tempo incorporar elementos da realeza helenística, Cleópatra não só resgatou uma parte

importante da identidade cultural egípcia, mas também se apropriou de símbolos de poder amplamente reconhecidos e respeitados no mundo grego e romano (ASSIS, 2009; TYLDESLEY, 2008).

Além disso, sua habilidade diplomática foi crucial para a sobrevivência do Egito frente às ameaças romanas. Cleópatra não se limitou a ser uma monarca passiva ou submissa às vontades de Roma, mas atuou de forma ativa para garantir sua soberania. Sua aliança com Júlio César e, posteriormente, com Marco Antônio, foi parte de uma estratégia deliberada para equilibrar as forças de poder e proteger o Egito de um possível anexo romano. Ela compreendeu que, para manter sua independência, precisaria articular sua identidade e seu poder de maneira que fosse irresistível para os líderes romanos, ao mesmo tempo em que reforçava sua autoridade dentro de seu próprio território (LÓPEZ, 2013).

A sofisticação de sua liderança também se manifesta no seu papel como mulher governante. Cleópatra soube jogar com as expectativas e os estereótipos de gênero, usando-os a seu favor para atrair a atenção de figuras poderosas, mas sempre com o objetivo de reforçar seu próprio controle político. Ela não era simplesmente uma sedutora; era uma estrategista que, ao se envolver com figuras como César e Marco Antônio, não o fazia apenas por motivos pessoais, mas com o intuito de assegurar alianças vitais para o Egito (GRANT, 2009). Sua capacidade de navegar nas complexas relações de poder com Roma e com outras potências do Mediterrâneo demonstra sua consciência aguçada da política internacional e das possibilidades de manipulação simbólica.

## **1. A TRADIÇÃO EGÍPCIA DE PROTAGONISMO FEMININO**

Ao contrário de muitas sociedades antigas, o Egito oferecia às mulheres uma série de direitos civis.

Certamente! O Egito antigo, especialmente durante a dinastia ptolemaica, à qual Cleópatra VII pertencia, se destacava entre outras sociedades da

Antiguidade por conceder às mulheres um conjunto relativamente amplo de direitos civis e legais. Essa situação contrastava significativamente com as normas predominantes em outras culturas contemporâneas, como a grega e a romana, onde as mulheres eram frequentemente privadas de autonomia jurídica e política.

### **1.1 DIREITOS DAS MULHERES NO EGITO ANTIGO: A condição jurídica da mulher no Egito antigo e o exemplo de Cleópatra VII**

No contexto egípcio, as mulheres tinham acesso a diversos direitos civis, entre eles:

#### **Direito à propriedade privada:**

- Mulheres egípcias podiam possuir, herdar, comprar e vender propriedades independentemente de seus maridos ou parentes do sexo masculino. Documentos jurídicos comprovam que muitas mulheres administravam terras, casas e escravos, além de exercerem controle sobre seus bens em contratos legais.

#### **Capacidade legal plena:**

- Diferentemente das cidadãs atenienses, por exemplo, que necessitavam de um tutor masculino para agir em qualquer instância jurídica, as egípcias podiam participar ativamente de processos legais, firmar contratos e representar a si mesmas em disputas judiciais.

#### **Direito ao divórcio e à herança:**

- O casamento, no Egito antigo, não era uma instituição religiosa, mas civil. As mulheres tinham o direito de se divorciar por vontade própria e manter seus bens adquiridos antes da união. Além disso, as filhas

podiam herdar igualmente aos filhos, conforme registros de testamentos e documentos de transmissão de bens.

#### **Participação econômica:**

- Mulheres de diferentes classes sociais atuavam como comerciantes, artesãs, sacerdotisas, escribas e até administradoras. Há registros de mulheres que comandavam negócios ou supervisionavam templos e propriedades agrícolas.

#### **Representação religiosa e simbólica:**

- A presença de deusas poderosas como Ísis, Hathor e Maat reforçava um imaginário simbólico no qual o feminino possuía valor espiritual, político e social. Esse prestígio mitológico influenciava a percepção e o status da mulher na vida cotidiana.

### **1.2 Cleópatra VII: um exemplo singular**

Cleópatra VII é o ápice dessa tradição egípcia de respeito à autoridade feminina. Apesar de pertencer à dinastia ptolemaica de origem grega, que normalmente marginalizava a mulher em assuntos de Estado, Cleópatra se destacou por governar como faraó, não como mera consorte. Ela assumiu o trono como soberana plena, participou ativamente da administração do reino, formulou políticas econômicas e diplomáticas e foi reconhecida como deusa viva, tanto em rituais egípcios quanto em sua iconografia.

Sua capacidade de governar com autonomia era resultado direto da combinação entre as tradições egípcias de respeito ao poder feminino e sua própria inteligência política e cultural. Cleópatra falava a língua egípcia (ao contrário de muitos de seus antecessores ptolemaicos), conhecia a religião local e utilizava o imaginário religioso a seu favor, projetando-se como reencarnação de Ísis.

## **2. CLEÓPATRA VII: ENTRE A HERANÇA EGÍPCIA E O MUNDO HELENÍSTICO**

Cleópatra VII Filopátor, nascida em 69 a.C., tornou-se rainha do Egito aos 18 anos.

A figura de Cleópatra VII representa, de maneira singular, a interseção entre duas grandes tradições civilizatórias da Antiguidade: a herança faraônica egípcia e o universo cultural helenístico instaurado após as conquistas de Alexandre, o Grande. Como última soberana da dinastia ptolemaica, Cleópatra não apenas herdou um trono politicamente instável, mas também um legado duplo — egípcio e grego — que soube mobilizar com habilidade política e simbólica para consolidar sua autoridade.

Os Ptolomeus, descendentes do general macedônio Ptolemeu I, estabeleceram-se no Egito após a morte de Alexandre, em 323 a.C., fundando uma monarquia helenística que governava a população egípcia sem, no entanto, assimilar plenamente sua cultura. Em geral, os reis ptolemaicos falavam apenas grego, mantinham cortes à moda macedônica e tratavam o Egito como um reino de exploração e lucro. Cleópatra VII, no entanto, rompe com essa tradição ao ser a primeira da dinastia a aprender a língua egípcia, além de dominar diversas outras, como o aramaico, hebraico, etíope e latim (TYLDESLEY, 2008; GRANT, 2009).

Esse gesto de aproximação linguística com a população nativa não foi apenas simbólico, mas estratégico. Cleópatra procurava legitimar seu poder também dentro da lógica faraônica, assumindo a imagem da deusa Ísis viva, uma prática comum aos faraós, mas que seus antecessores ptolemaicos vinham negligenciando. Ao fundir os atributos da realeza egípcia com os elementos da realeza helenística, Cleópatra construiu uma identidade política híbrida, capaz de dialogar com múltiplas audiências e tradições (ASSIS, 2009).

Ao mesmo tempo, sua formação intelectual e cultural era profundamente grega. Cleópatra foi educada em Alexandria, cidade símbolo do helenismo, berço da ciência, filosofia e literatura, e onde florescia a famosa Biblioteca de Alexandria. Seu domínio das artes retóricas, da matemática, da astronomia e da filosofia estoica a colocava no patamar dos grandes governantes helenísticos, ao mesmo tempo em que reforçava sua imagem como monarca ilustrada e racional (LÓPEZ, 2013).

Essa articulação entre os dois mundos se manifestava também em sua política externa. Ao negociar com potências como Roma, Cleópatra sabia apresentar-se ora como rainha oriental, sacerdotisa de Ísis e símbolo da fertilidade e da abundância, ora como interlocutora helênica, estrategista e diplomata em condições de paridade com líderes romanos como César e Marco Antônio. Sua habilidade em trafegar entre esses imaginários contribuía para fortalecer sua soberania num contexto de pressões crescentes do imperialismo romano (TYLDESLEY, 2008).

Portanto, Cleópatra VII não foi apenas a última rainha do Egito antigo, mas a síntese viva de dois mundos: o Egito milenar e o cosmos helenístico. Essa fusão identitária foi não apenas uma resposta às complexidades culturais do seu tempo, mas também uma forma refinada de resistência política. Ao fazer do sincretismo uma estratégia de governo, Cleópatra revelou-se uma das mais sofisticadas líderes do Mediterrâneo antigo, cujas ações transcendem os estereótipos da mulher sedutora para revelar uma soberana profundamente consciente do poder simbólico da identidade.

## **2.1 Cleópatra como uma líder sofisticada e consciente do poder simbólico da IDENTIDADE**

A figura histórica de Cleópatra VII desafia a redução simplista frequentemente imposta à sua imagem ao longo dos séculos, especialmente a de uma mulher sedutora e manipuladora. Embora a propaganda romana tenha

alimentado essas representações, associando-a a uma figura fatal e voluptuosa, Cleópatra foi, de fato, uma das mais sofisticadas líderes do Mediterrâneo Antigo. Sua habilidade política, sua visão estratégica e sua capacidade de navegar entre diferentes tradições culturais e ideológicas destacam-na como uma soberana muito além dos estereótipos frequentemente atribuídos às mulheres na Antiguidade.

A sofisticação política de Cleópatra pode ser observada em sua capacidade de articular alianças poderosas e manter a independência do Egito em um momento de expansão imperial romana. Ao contrário de outras monarcas da época, que geralmente se viam forçadas a se submeter aos imperativos de Roma, Cleópatra sabia usar o sistema político romano em seu favor. Ela não era apenas uma aliada de Júlio César e Marco Antônio, mas uma negociadora astuta, que jogava com as ambições políticas de Roma e de seus próprios aliados para preservar o Egito como uma potência independente (TYLDESLEY, 2008).

Além disso, Cleópatra foi uma mestre na utilização do poder simbólico da identidade. Em um contexto onde a imagem de um governante era essencial para sua autoridade, ela sabia exatamente como manipular símbolos e representações para reforçar sua legitimidade. Cleópatra se associava diretamente às divindades egípcias, adotando o título de filha de Ra e se apresentando como uma reencarnação da deusa Ísis. Esse simbolismo não apenas reafirmava seu papel como soberana, mas também a vinculava à mais profunda tradição religiosa e cultural do Egito, tornando-se uma figura de veneração para seu povo (GRANT, 2009).

Essa manipulação do simbolismo cultural se estendia também à sua relação com o mundo helenístico. Cleópatra foi a primeira rainha ptolemaica a aprender o egípcio e a se comunicar diretamente com seu povo, algo que seus predecessores gregos não haviam feito. Essa postura representava uma ruptura com as convenções estabelecidas pela dinastia, que sempre tratou o Egito como um mero território a ser governado a partir de uma perspectiva helênica. Ao fazer essa escolha, Cleópatra buscava não só solidificar sua autoridade dentro do

contexto egípcio, mas também construir uma identidade política híbrida que mesclasse o melhor dos dois mundos — o grego e o egípcio — para garantir sua estabilidade no poder (ASSIS, 2009).

Além de sua competência diplomática e política, a inteligência estratégica de Cleópatra também se manifestava na maneira como ela explorava as tensões dentro da própria Roma. Sua relação com César e, posteriormente, com Marco Antônio, não era apenas pessoal, mas fortemente estratégica. Ao se aliar a essas figuras, Cleópatra buscava consolidar sua posição não apenas como amante, mas como parceira política de peso, capaz de influenciar as decisões e os destinos das grandes potências do Mediterrâneo. Através de sua habilidade em manipular essas relações, ela não apenas assegurou a sobrevivência do Egito, mas também se posicionou como uma figura essencial nas disputas internas de Roma (LÓPEZ, 2013).

Portanto, Cleópatra revela-se uma líder complexa, cuja sofisticação transcende a ideia da sedução feminina e revela uma soberana profundamente consciente do poder simbólico da identidade e das possibilidades oferecidas pela manipulação de imagens. Sua ação política foi guiada por uma compreensão aguda das dinâmicas de poder, que envolviam tanto a construção de sua imagem quanto as alianças que firmava. Em um mundo onde a posição feminina era frequentemente marginalizada e reduzida ao estereótipo da passividade, Cleópatra não apenas sobreviveu, mas floresceu, utilizando a identidade, a diplomacia e o simbolismo para assegurar sua relevância e autoridade em um cenário altamente competitivo.

### **3. A MULHER ROMANA E O MODELO PATRIARCAL**

Em contraste, a mulher romana do período republicano e do início do Império vivia sob o domínio do paterfamilias - a figura de Cleópatra VII destaca-se como uma exceção histórica ao padrão de dominação masculina no Mediterrâneo Antigo. Na sociedade romana, as mulheres eram, em regra,

privadas de participação ativa na vida política, jurídica e econômica, sendo relegadas ao espaço privado e à função reprodutiva e doméstica (DUBY; PERROT, 1990).

Cleópatra VII, ao contrário, governou o Egito Ptolemaico como soberana plena, exercendo autoridade não apenas como monarca legítima, mas também como estrategista política, diplomata e símbolo cultural. Sua atuação evidencia um modelo de liderança feminina que rompe com os limites impostos às mulheres romanas, configurando uma forma de alteridade política e simbólica. Ao dialogar de forma direta com figuras centrais da história romana — como Júlio César e Marco Antônio — e liderar seu povo em tempos de crise, Cleópatra não apenas desafiava os padrões patriarcais romanos, mas também se constituía como uma ameaça ao imaginário imperial masculino, que buscava manter o monopólio do poder político (ASSIS, 2009).

Enquanto a mulher romana permanecia juridicamente tutelada e excluída dos espaços públicos de decisão, Cleópatra representava uma liderança feminina ativa, cuja presença na arena internacional escancarava os limites do modelo romano de gênero e poder. Sua imagem — muitas vezes deturpada por fontes romanas como símbolo de sedução e manipulação — reflete não apenas o temor diante de uma mulher que detinha poder autônomo, mas também a tentativa de controlar, por meio do discurso, a memória e a influência de uma soberana que fugia ao arquétipo da feminilidade submissa (GRANT, 2009).

A influência de Cleópatra VII como soberana que fugia ao arquétipo da feminilidade submissa ultrapassa as fronteiras políticas e adentra o campo simbólico e cultural. Em uma sociedade que idealizava a mulher como figura doméstica, silenciosa e obediente — tal como os preceitos morais de Catão, Cícero e outros pensadores romanos — Cleópatra surge como uma figura feminina que reivindica para si os atributos tradicionalmente reservados aos homens: poder, racionalidade, comando militar e agência diplomática (DUBY; PERROT, 1990).

Seu governo não foi meramente cerimonial ou simbólico, mas efetivo e estrategicamente articulado.

Cleópatra envolveu-se diretamente na gestão da economia egípcia, nas negociações internacionais e nas decisões militares, como demonstrado na aliança com Marco Antônio e no comando de sua própria frota naval durante a Batalha de Áccio (GRANT, 2009). Ao exercer essas funções, Cleópatra rompe com a expectativa romana de uma mulher recatada, servil e dependente, e se projeta como líder autônoma, culta e ativa.

Além disso, seu domínio do grego e do egípcio — e possivelmente de outros idiomas — reflete uma intelectualidade rara mesmo entre os homens de seu tempo.

Seu carisma, inteligência política e domínio das artes do discurso revelam uma soberana cuja influência não se limitava à sedução erótica, como muitos autores romanos tentaram reduzir, mas que se assentava numa profunda compreensão do jogo de poder entre o Oriente e o Ocidente (ASSIS, 2009).

A tentativa de reduzir sua figura à de uma femme fatale foi, em grande parte, uma reação misógina de autores romanos que buscavam explicar sua influência através do corpo e não da mente — revelando mais sobre a mentalidade patriarcal romana do que sobre Cleópatra propriamente dita.

A rainha egípcia, portanto, representa uma dissonância poderosa dentro do imaginário romano. Sua imagem atravessou os séculos justamente porque ela não se encaixava nos moldes: era uma mulher à frente de seu tempo, cuja presença política incomodava por sua força e autonomia.

Sua figura continua sendo reinterpretada como símbolo de resistência feminina, de alteridade frente ao imperialismo romano e de transgressão dos papéis de gênero impostos pelas culturas patriarcais da Antiguidade (LÓPEZ, 2013).

#### **4. CLEÓPATRA VII COMO ALTERIDADE FEMININA NO IMAGINÁRIO ROMANO**

A autonomia de Cleópatra foi vista com ambiguidade e, por vezes, hostilidade pelas fontes romanas.

A autonomia de Cleópatra VII foi um dos elementos centrais que despertaram a hostilidade do poder romano, especialmente durante o período das guerras civis que culminaram na ascensão de Otaviano como Augusto. Diferentemente de muitas mulheres da Antiguidade que exerciam o poder de forma indireta ou simbólica, Cleópatra foi uma soberana que governou de maneira ativa, estratégica e autônoma. Ela não apenas assumiu o trono do Egito como correinante, mas manteve o controle sobre decisões políticas, diplomáticas e militares de seu reino, afirmando-se como uma líder legítima e eficaz (GRANT, 2009; TYLDESLEY, 2008).

Sua posição era ainda mais singular diante da cultura patriarcal romana, na qual as mulheres estavam submetidas à autoridade do paterfamilias e excluídas da vida pública. Para os romanos, uma mulher que exercia o poder com tanta soberania era uma anomalia, ainda mais quando se tratava de uma estrangeira — oriental, helenizada e com domínio de várias línguas e saberes. Como argumenta Assis (2009), Cleópatra representa um ponto de tensão entre os valores romanos e uma concepção de poder feminino que não se submete à lógica do império.

A hostilidade romana também pode ser explicada pelos impactos geopolíticos de sua atuação. Cleópatra se aliou a Júlio César e, posteriormente, a Marco Antônio, não apenas por razões pessoais, mas como parte de uma estratégia de fortalecimento do Egito frente à crescente influência romana. Ao oferecer apoio militar, recursos e legitimidade dinástica, ela buscava proteger a soberania de seu reino. Essa aliança culminou na distribuição de terras por Marco Antônio a seus filhos com Cleópatra — o chamado "Testamento de Alexandria" — o que foi interpretado por Roma como uma ameaça à integridade do império e uma traição à sua tradição política (LÓPEZ, 2013).

Otaviano soube explorar essa narrativa, transformando Cleópatra em símbolo da ameaça oriental e da corrupção moral de Marco Antônio. A propaganda romana, sobretudo a orquestrada por Otaviano, transformou-a em figura demonizada, mulher sedutora que desviava o general romano de seus deveres. Tal representação serviu à construção do mito fundador do Império Romano, no qual Otaviano se apresentava como defensor dos valores tradicionais e da moral romana frente à "degeneração" do Oriente (DUBY; PERROT, 1990; HUGHES-HALLETT, 1990).

Portanto, a hostilidade de Roma não se deve apenas a sua condição de mulher, mas à sua ousadia em exercer o poder como um sujeito político autônomo e resistente ao domínio imperial. Cleópatra VII foi hostilizada por ser mulher, rainha e estrategista — ou seja, por reunir em si atributos que, aos olhos de Roma, ameaçavam a ordem estabelecida de gênero, cultura e império.

## **CONCLUSÃO**

A comparação entre Cleópatra VII e as mulheres romanas da mesma época revela não apenas as diferenças entre dois modelos civilizacionais.

A trajetória histórica e simbólica de Cleópatra VII evidencia a complexidade de sua figura enquanto mulher, governante e mito. Sua condição como soberana do Egito Ptolemaico, em um mundo dominado por estruturas patriarcais como as de Roma, rompe com o paradigma de feminilidade submissa imposto às mulheres da Antiguidade. Ao exercer o poder político com autonomia, articular alianças estratégicas e manter o controle do governo em um contexto hostil, Cleópatra desestabilizou os códigos de gênero vigentes e se tornou uma figura liminar entre o feminino e o político (ASSIS, 2009; DUBY; PERROT, 1990).

A tentativa romana de reduzir sua influência à sedução e ao erotismo não apenas revela o medo que sua presença provocava nas estruturas masculinas de poder, como também dá início a uma tradição de distorções simbólicas que se

perpetuaria por séculos. Conforme argumenta Grant (2009), Cleópatra foi menos vítima de seus atos do que das interpretações que deles foram feitas — representada como ameaça oriental e não como agente político racional.

Nos séculos seguintes, especialmente a partir do Renascimento, sua imagem foi resgatada e reinterpretada conforme os valores dominantes de cada época. Como observa Hughes-Hallett (1990), a figura de Cleópatra tornou-se um espelho no qual o Ocidente projetou seus desejos, medos e construções sobre o feminino. Entretanto, com o avanço da historiografia contemporânea e da crítica feminista, emerge uma Cleópatra mais próxima da realidade histórica: poliglota, estrategista, administradora e símbolo de resistência política (TYLDESLEY, 2008).

Portanto, o legado de Cleópatra VII não reside apenas nos eventos de sua vida, mas na sua permanência como símbolo cultural em constante reinvenção. Sua figura desafia os limites impostos à mulher na Antiguidade e continua a provocar reflexões sobre poder, gênero e alteridade ao longo da história.

O legado de Cleópatra VII foi amplamente moldado pelas lentes ideológicas de seus inimigos e, posteriormente, pelas projeções culturais de diferentes períodos históricos. Após sua morte em 30 a.C., a imagem da rainha foi deliberadamente construída pelos romanos, especialmente através dos discursos de Otaviano (posteriormente Augusto), que buscavam justificar a guerra contra Marco Antônio e a anexação do Egito ao Império Romano. Nesse contexto, Cleópatra foi retratada como uma ameaça oriental, uma figura sedutora e manipuladora, cujos encantos desviaram o general romano de seu dever para com Roma (ASSIS, 2009; GRANT, 2009).

Essa versão de Cleópatra, como *femme fatale*, foi perpetuada por autores como Plutarco, Dião Cássio e Suetônio, que reforçaram o estereótipo da mulher perigosa, símbolo da decadência oriental em contraste com a virtude romana. Esse imaginário influenciou profundamente a tradição ocidental, fixando uma

representação ambígua da rainha: ao mesmo tempo fascinante e ameaçadora (LÓPEZ, 2013).

Durante a Idade Média, o interesse por Cleópatra foi atenuado, em parte devido à visão cristã da mulher e à moralidade ascética, que via com desconfiança figuras femininas associadas ao poder, ao erotismo e à magia. No entanto, com o Renascimento, o fascínio pela Antiguidade reavivou o interesse por sua figura, embora ainda presa aos estereótipos herdados da literatura clássica. Foi nesse período que se cristalizou a iconografia de Cleópatra como mulher bela e fatal, muitas vezes representada em sua morte, sendo picada por uma serpente, como símbolo da luxúria e da punição divina (HUGHES-HALLET, 1990).

Já nos séculos XIX e XX, com o avanço dos estudos arqueológicos e da egiptologia, bem como com os debates feministas, novas abordagens começaram a emergir. Historiadores passaram a reconsiderar Cleópatra não apenas como figura romântica ou mítica, mas como uma mulher de grande inteligência política, hábil diplomacia e liderança incomum. Cleópatra passou a ser vista como uma soberana pragmática, estrategista, culta e bilíngue, que soube utilizar os recursos à sua disposição — inclusive as alianças amorosas — em prol da autonomia do Egito frente ao expansionismo romano (ASSIS, 2009; LÓPEZ, 2013).

Na cultura popular contemporânea, Cleópatra continua sendo reimaginada de diferentes formas — ora como ícone de empoderamento feminino, ora como símbolo de exotismo oriental. Obras cinematográficas, como o clássico filme de 1963 estrelado por Elizabeth Taylor, reforçam aspectos da sensualidade e do luxo, enquanto produções mais recentes e trabalhos acadêmicos tendem a enfatizar seu papel como líder política e símbolo de resistência pós-colonial (TYLDESLEY, 2008).

Assim, a figura de Cleópatra é reveladora não apenas da história antiga, mas também dos processos de memória, poder e gênero ao longo do tempo. Cada reinterpretção de sua imagem lança luz sobre os valores, preconceitos e

aspirações das épocas em que foi evocada — transformando-a num espelho da história ocidental e de suas tensões com o feminino, o Oriente e o poder.

A imagem de Cleópatra VII, como figura histórica e mitológica, não permaneceu estática ao longo do tempo; ao contrário, foi continuamente ressignificada de acordo com os contextos ideológicos, sociais e culturais de cada época. Tal processo de reinterpretação revela mais sobre as sociedades que a reimaginaram do que sobre a figura histórica da própria Cleópatra. Como afirma Hughes-Hallett (1990), Cleópatra funcionou como uma tela em branco na qual o Ocidente projetou seus anseios, temores e normas de conduta, especialmente em relação ao papel da mulher no poder.

Na Antiguidade romana, a rainha egípcia foi retratada como símbolo de luxúria, traição e decadência oriental — uma construção retórica que servia para justificar o domínio de Roma sobre o Egito e legitimar o poder de Otaviano, futuro Augusto. Segundo Assis (2009), essa representação visava deslegitimar sua autoridade política e reduzir sua relevância a fatores afetivo-sexuais, numa tentativa de neutralizar sua atuação enquanto agente racional e estrategista diplomática.

Durante o Renascimento e o Barroco, períodos marcados pela valorização das virtudes clássicas e pela moralidade cristã, Cleópatra reaparece como figura trágica, muitas vezes representada em sua morte, associada ao pecado, ao castigo e à transgressão da ordem divina. A ênfase no suicídio, frequentemente representado por uma víbora em seu seio, reflete uma concepção da mulher como responsável pela queda do homem e como corpo erotizado e punido (LÓPEZ, 2013).

No século XIX, sob a influência do orientalismo e do romantismo, Cleópatra foi transformada em arquétipo da mulher exótica e sensual, símbolo do "outro" cultural e racial. O fascínio ocidental pelo Egito e pelo "Oriente" projetava na imagem da rainha tanto o desejo quanto o temor de um feminino que escapava ao controle da racionalidade europeia. Como aponta Said (1990), esse discurso

orientalista objetificava o Oriente como um espaço de irracionalidade, prazer e mistério — categorias nas quais Cleópatra foi recorrentemente inserida.

Já no século XX e XXI, especialmente com o avanço das pesquisas históricas, da crítica pós-colonial e das abordagens feministas, Cleópatra passou a ser reinterpretada sob uma ótica mais crítica e contextualizada. Historiadoras como Joyce Tyldesley (2008) e autores como Grant (2009) resgatam sua trajetória como líder política, administradora eficaz e figura de resistência frente ao imperialismo romano. Essa nova leitura destaca sua habilidade diplomática, seu domínio de idiomas, sua preocupação com a autonomia egípcia e sua identidade como mulher inserida em múltiplas camadas de alteridade — de gênero, étnica e cultural.

Dessa forma, cada reinterpretação da imagem de Cleópatra VII revela as lentes por meio das quais cada sociedade leu o passado e projetou seus próprios dilemas. Sua permanência simbólica atesta não apenas o impacto de sua figura histórica, mas também sua plasticidade como mito: Cleópatra é continuamente reconstruída para responder às perguntas que cada época formula sobre o poder, o feminino, o corpo, o outro e a memória.

Ao contrário de muitas sociedades antigas, como as da Grécia clássica e de Roma, o Egito oferecia às mulheres uma série de direitos civis, mesmo antes da ascensão da dinastia ptolemaica. No período em que Cleópatra VII governou (51–30 a.C.), essas prerrogativas estavam ainda em vigor, conferindo às mulheres egípcias um status singular no mundo antigo.

Revisando, no Egito, as mulheres tinham capacidade jurídica plena: podiam firmar contratos, participar de processos judiciais, administrar bens, herdar propriedades e exercer autoridade legal sobre seus filhos (WILFONG, 1997). Além disso, o direito à propriedade privada era amplamente respeitado. As mulheres podiam adquirir, vender e herdar terras, casas e escravos. Contratos de venda e testamentos que envolviam mulheres são abundantemente encontrados nos papiros da época (ROBINS, 1993).

Outro aspecto notável era o direito ao divórcio. O casamento egípcio era uma instituição civil, e tanto homens quanto mulheres podiam solicitar a dissolução da união. Após o divórcio, a mulher podia reter seus bens e, em muitos casos, obter uma compensação, conforme registrado em diversos documentos legais (BAINES; MALEK, 2003).

Esse contexto permitiu que mulheres participassem também da vida econômica. Muitas atuavam como sacerdotisas, escribas, artesãs e comerciantes. Algumas chegaram a administrar grandes propriedades ou chefiar casas templárias. A existência de deusas poderosas no panteão egípcio, como Ísis e Hathor, contribuía para uma valorização simbólica do feminino, reforçando a legitimidade de papéis de liderança para as mulheres (ROBINS, 1993).

Nesse cenário, Cleópatra VII Filopátor se destaca como herdeira e símbolo desse protagonismo feminino. Embora fosse de origem grega, a rainha soube integrar-se à cultura egípcia, aprendendo a língua local, assumindo atributos divinos (como a identificação com a deusa Ísis) e governando de forma autônoma como uma faraó. Sua liderança, ao contrário de outras mulheres da elite helenística, não foi limitada a papéis cerimoniais ou decorativos, mas sim ativa na política interna, diplomacia, economia e religião do Egito (GRANT, 2011).

O fato de Cleópatra ter sido aceita pelo povo como legítima soberana demonstra que havia, na mentalidade egípcia, uma tradição duradoura de respeito ao poder feminino – algo raro no contexto patriarcal das civilizações antigas (ASSMANN, 2005).

Assim, o Egito na época de Cleópatra VII oferecia às mulheres uma condição jurídica e social singular para a Antiguidade. Ainda que os direitos das mulheres estivessem, como em qualquer sociedade histórica, condicionados por classe social e contexto político, é evidente que o ambiente egípcio permitia uma liberdade que não se via em outras culturas do Mediterrâneo. Cleópatra, ao assumir o poder como uma das mulheres mais influentes da história, é símbolo desse legado de protagonismo feminino.

## REFERÊNCIAS

ALLAM, Schafik. *Women in Ancient Egypt: Myth and Reality*. Mainz: Philipp von Zabern, 2005.

ASHTON, Sally-Ann. *Cleopatra and Egypt*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

ASSIS, Arthur Versiani de. *Cleópatra e a imagem da mulher na Antiguidade Clássica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ASSMANN, Jan. *A mente egípcia: história e significado da religião no Egito Antigo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAINES, John; MALEK, Jaromir. *Atlas Cultural do Egito Antigo*. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente: Da Antiguidade à Idade Média*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1990. v. 1.

GRANT, Michael. *Cleopatra*. New York: Barnes & Noble Books, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cleópatra*. São Paulo: Ediouro, 2009.

HUGHES, Bettany. *The Hemlock Cup: Socrates, Athens and the Search for the Good Life*. London: Vintage Books, 2011.

HUGHES-HALLETT, Lucy. *Cleopatra: Histories, Dreams and Distortions*. London: Bloomsbury, 1990.

LÓPEZ, Francisco Pina. *Cleópatra: A rainha do Egito e o mito romano*. Lisboa: Edições 70, 2013.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TANSEY, Patrick; TALBERT, Richard. *The Roman World from Romulus to Muhammad*. New York: Routledge, 2018.

TYLDESLEY, Joyce. *Cleopatra: Last Queen of Egypt*. London: Profile Books, 2008.